

Medida Provisória nº 2100-29, de 2001

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.

Assunto: Política Social - Proteção Social

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: 26/03/2001 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Destino: Ao arquivo

Último estado: 26/03/2001 - SEM EFICÁCIA

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1784 de 1998

Medida Provisória nº 1784/1 de 1999

Medida Provisória nº 1784/2 de 1999

Medida Provisória nº 1784/3 de 1999

Medida Provisória nº 1784/4 de 1999

Medida Provisória nº 1784/5 de 1999

Medida Provisória nº 1784/6 de 1999

Medida Provisória nº 1853/7 de 1999

Medida Provisória nº 1853/9 de 1999

Medida Provisória nº 1853/10 de 1999

Medida Provisória nº 1853/11 de 1999

Medida Provisória nº 1853/12 de 1999

Medida Provisória nº 1979/15 de 2000

Medida Provisória nº 1979/16 de 2000

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1979/17 de 2000

Medida Provisória nº 1979/18 de 2000

Medida Provisória nº 1979/19 de 2000

Medida Provisória nº 1979/20 de 2000

Medida Provisória nº 1979/21 de 2000

Medida Provisória nº 1979/22 de 2000

Medida Provisória nº 1979/23 de 2000

Medida Provisória nº 1979/24 de 2000

Medida Provisória nº 1979/25 de 2000

Medida Provisória nº 1979/26 de 2000

Medida Provisória nº 2100/31 de 2001

Medida Provisória nº 2100/32 de 2001

Medida Provisória nº 2100/33 de 2001

Medida Provisória nº 2178/34 de 2001

Medida Provisória nº 2178/35 de 2001

Medida Provisória nº 2178/36 de 2001

Medida Provisória nº 2100/28 de 2001

Medida Provisória nº 2100/30 de 2001

TRAMITAÇÃO

26/03/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: A presente Medida Provisória foi reeditada pela de nº 2.100-30, de 23 de março de 2001, publicada no DOU do dia 26.3.2001 (Seção I), sem alterações, conforme fls. 150 a 157, anexadas ao processo.

21/03/2001 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 19:15 - Apreciação sobrestada em virtude de acordo de lideranças.

À SSCLCN.

TRAMITAÇÃO

Publicado no DCN Páginas 5917

21/03/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão conjunta do dia 21.3.2001, às 19 horas.

19/03/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Anexadas as folhas 117 a 149, conforme Mensagem 114/2001-CN.

Publicado no DCN Páginas 5454-5487 (Volume nº II)

19/03/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Esgotado o prazo regimental, sem instalação da Comissão. Anexo Minutas de Pareceres de Admissibilidade e Mérito. À SSCLCN.

05/03/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: No prazo regimental não foi adicionada emenda à Medida Provisória.

05/03/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Convalidadas as emendas nºs. 001 a 008 constantes da reedição anterior, nos termos do Ofício CN 103/99 (DSF 07.05.99).

01/03/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Serviço de Comissões Mistas.

Publicado no DOUE Páginas 4-6 PUB EDIÇÃO EXTRA

01/03/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.100-28/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 2100-

Data: 24/02/2001

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.